



# **CÂMARA MUNICIPAL DE TAPURAH**

## **ESTADO DE MATO GROSSO**

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 069/2019**

**DATA:** 01 DE OUTUBRO DE 2.019

**SÚMULA:** REVOGA O DECRETO Nº 201/2019 DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor, **Odair Cesar Nunes**, Presidente da Câmara Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

**CONSIDERANDO** que o Código Tributário Nacional e a Constituição Federal no art. 175, inciso III estabelecem que os tributos municipais como taxas e tarifas devem ser instituídas por lei e a política tarifaria deve ser regulada por lei;

**CONSIDERANDO** que o art. 566 do Código tributário Municipal estabelece a taxa de esgoto, a alteração quanto a essa taxa somente pode ocorrer por meio de lei e não é possível que por meio de Decreto seja estabelecido um outro valor para taxa de esgoto como esta sendo estabelecido por meio do Decreto 201/2019 do Poder Executivo que visa Aprovar um regulamento do Departamento de Água e Esgoto do Município de Tapurah e institui a tarifa de agua e esgoto assim como demais serviços a serem prestados pelo DAE.

**CONSIDERANDO** a função institucional do poder Legislativo quanto a legalidade e sua função fiscalizatória, prevista no art. 30, parágrafo único, inciso XVII da Lei Orgânica de Tapurah;

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Revoga-se o Decreto nº 201/2019 que aprova o Regulamento de Agua e Esgoto do Município de Tapurah - DAE.

**Parágrafo Único.** O presente Decreto tem como base o descumprimento do Código Tributário Nacional, o art. 566 do Código Tributário Municipal (Lei Complementar 67/2014) e inciso III do art. 175 da Constituição Federal.



# **CÂMARA MUNICIPAL DE TAPURAH**

## **ESTADO DE MATO GROSSO**

**Art. 2º.** Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Tapurah – MT; ao 01 dia do mês de outubro de 2019.

---

**Odair Cesar Nunes**  
Presidente da Câmara

Registre-se  
Publique-se  
Cientifique-se  
Cumpra-se

---

**Aelton Antônio Figueiredo**  
1º Secretário da Mesa da Câmara



# **CÂMARA MUNICIPAL DE TAPURAH**

## **ESTADO DE MATO GROSSO**

### **JUSTIFICATIVA**

O presente Decreto Legislativo visa restabelecer a ordem tributária municipal quanto a taxa/tarifa de água que a anos vem sendo cobrado com base um regulamento sem uma base legal, assim como o Decreto 201/2019 que visa estabelecer um novo regulamento para o DAE municipal e instituir novos valores para tarifas de água e até esgoto que inclusive já tem regulamentação no art. 566 do Código Tributário Municipal, conforme pode-se observar:

#### **Código Tributário Municipal de Tapurah**

**Art. 566º.** A taxa de que trata este Capítulo será apurada com base no consumo de água, pelo mesmo contribuinte, pela alíquota de 70% (setenta por cento) da tarificação de água. Taxa de Esgoto.

O presente decreto ainda tem com base o respeito a legislação Nacional e municipal quanto a questão tributária onde estabelece que qualquer tributo ou tarifa deve ser regulamentado por lei e não decreto, ademais um decreto não tem o poder de alterar uma lei, sendo assim o presente decreto 201/2019 do Poder Executivo sofre de vícios de constitucionalidade, devendo assim ser revogado por meio do decreto do poder legislativo para que seja respeitado o princípio da legalidade e o previsto no art. 30, parágrafo único, inciso XVII da Lei Orgânica de Tapurah.

Por outro lado como é necessário regulamentar as tarifas de água no município é possível que o Poder Executivo encaminhe ao poder legislativo uma lei que regulamente o tema inclusive quanto a taxa de água que já esta regulamentada no art. 566 do Código Tributário Municipal.

Ressalta-se que desde 2018 foi feito uma indicação pelo vereador Alessandro Carderalli (Indicação nº 081/2018) seguindo anexo um modelo de projeto de lei a ser proposto pelo executivo para corrigir a falha existente hoje no município que vem cobrando a tarifa de agua por meio de um regulamento, assim o atual regulamento não tem base legal assim como o novo regulamento que foi instituído por meio do decreto 201/2019 do Poder Executivo Municipal.

Caso o Chefe do Poder Executivo não cumpra o a legislação ao propor um projeto de lei para regulamentar a tarifa de água no município este pode incorrer em descumprimento da legislação legal, onde pode incorrer em sanções legais, uma vez que um regulamento e um decreto não podem regulamentar tributos como taxa e tarifas que devem ser regulamentas por lei, assim como não é possível alterar uma taxa instituída por lei (taxa de esgoto) por meio de um decreto, conforme dispõe o art. 103 e inciso I do art. 105 da Lei Orgânica Municipal, nesses termos:

#### **Lei Orgânica**



# CÂMARA MUNICIPAL DE TAPURAH

## ESTADO DE MATO GROSSO

**Art. 103.** São Tributos Municipais os impostos, as taxas e as contribuições de melhoria, decorrentes de obras públicas, instituídas por lei municipal, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e nas normas gerais do direito tributário.

[...]

**Art. 105.** É vedado ao Município:

I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

(...)

**Deve-se mencionar ainda que o art. 100 da Lei Orgânica Municipal estabelece que as tarifas como a de água deverão ser fixadas pelo Executivo, tendo-se em vista a justa remuneração, no entanto o caput do art. 99 c/c 101 da Lei Orgânica prevê que para concessão dos serviços públicos é necessária autorização legislativa nos termos de lei específica, devendo assim as tarifas a serem fixadas pelo executivos serem estabelecidas por lei:**

**Art. 99.** A permissão de serviço público a título precário, será outorgada por decreto pelo Prefeito, após edital de chamamento de interesse para a escolha do melhor pretendente, sendo que a concessão somente será feita com autorização legislativa, mediante contrato, precedido de concorrência pública.

**§ 1º.** Serão nulas de pleno direito as permissões, as concessões, bem como quaisquer outros ajustes de acordo com o estabelecido neste artigo.

**§ 2º.** Os serviços permitidos ou concedidos ficarão sempre sujeitos à regulamentação e fiscalização do Município, incumbindo aos que o executarem, sua permanente atualização e adequação às necessidades dos usuários.

**§ 3º.** O Município poderá retomar, sem indenização, os serviços permitidos ou concedidos, desde que executados em desconformidade com o ato ou contrato, bem como aqueles que se revelarem insuficientes para o atendimento dos usuários.

**§ 4º.** As concorrências para concessão de serviço público deverão ser precedidas de ampla publicidade, em jornais e rádios locais, inclusive em órgãos de imprensa da capital do estado, mediante edital ou comunicado resumido.

**Art. 100.** As tarifas dos serviços públicos deverão ser fixadas pelo Executivo, tendo-se em vista a justa remuneração.

**Art. 101.** Nos serviços, obras, concessões do Município, bem como nas compras e alienações, será dotada a licitação, nos termos da lei.

O artigo 175 da Constituição Federal reforça que cabe ao Poder Público, diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão, a prestação dos serviços públicos, devendo a lei, dentre outros assuntos, dispor sobre a política tarifária (inciso III do seu parágrafo único).

### Constituição Federal

Avenida Paraná, 1.725– Centro, CEP: 78.573-000 – Município de Tapurah–MT Fone (066)3 547-1341.



## CÂMARA MUNICIPAL DE TAPURAH ESTADO DE MATO GROSSO

**Art. 175. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei,** diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

Parágrafo único. **A lei disporá sobre:**

I - o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão;

II - os direitos dos usuários;

**III - política tarifária;**

IV - a obrigação de manter serviço adequado.

Deve-se consignar ainda que não é possível que seja proposto uma projeto de lei por parte do poder legislativo municipal para regulamentar o presente tema uma vez que a jurisprudência é de que a regulamentação desse tema é de iniciativa exclusiva do prefeito Municipal, conforme podemos observar:

[TJ-PR - Ação Direta de Inconstitucionalidade ADI 1567020 PR 0156702-0 \(TJ-PR\)](#) Data de publicação: 07/10/2005 Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI COMPLEMENTAR DE INICIATIVA DA CÂMARA DE VEREADORES DISPONDO SOBRE COBRANÇA DE TAXA DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E DA CAPTAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO, CONCEDENDO ISENÇÃO - INICIATIVA EXCLUSIVA DO PREFEITO MUNICIPAL - PROCEDÊNCIA. Revela-se inconstitucional a lei de iniciativa do legislativo municipal, que disponha sobre a cobrança de taxa de água e da captação do sistema de esgoto sanitário, inclusive concedendo isenção e estabelecendo taxas diferenciadas.

Assim sendo, o Presente Decreto Legislativo é importante para que seja respeitado a legislação e a Lei Orgânica do Município. Por isso a colaboração de todos os vereadores para aprovação desse projeto de lei é essencial.